



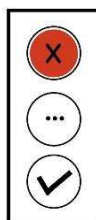
## PROCESSO TC N.º 03882/22

**Natureza: Prestação de Contas Anuais**

**Jurisdicionado: Câmara Municipal de Itatuba**

**Interessado: Aécio Cavalcante de Medeiros**

**Exercício: 2021**



*EMENTA: Direito Constitucional, Administrativo e Financeiro - Câmara Municipal de Itatuba— Poder Executivo — Exercício de 2021 - Prestação de Contas Anuais - Irregularidade – Fixação de subsídios de vereadores em desconformidade com a CF/88- Parecer pela irregularidade.*

## PARECER 02160/22

A fim de garantir maior acessibilidade e velocidade de comunicação, as manifestações deste gabinete passaram a incorporar algumas ferramentas visuais. O ícone acima indica que esta manifestação inclui um parecer de mérito em sentido negativo.

Cuida-se de análise dos autos da Prestação de Contas Anuais da **Câmara Municipal de Itatuba**, referente ao exercício de 2021.

Consta **Relatório Inicial** (fls. 175-184) com as seguintes irregularidades:

### 7. Conclusão

À vista de todo o exposto, é necessária notificação dos Vereadores, inclusive do Vereador Presidente, listados no Anexo II do presente relatório, para, querendo, apresentarem as suas justificativas acerca da(s) seguinte(s) irregularidade(s) identificada(s):

Subitem	Irregularidade	Fundamentação Legal	Item do Relatório
1	Remuneração de vereadores em desconformidade com o disposto na CRFB/1988	Art. 37, inciso X da CRFB/1988	4.1



## PROCESSO TC N.º 03882/22

Despacho do D. Relator, fls. 185, determinou a notificação dos Vereadores do Município de Itatuba, Srs. Josilene Martins de Lima Silva, Telbanio Bezerra de Lima, Jose Ronaldo Pedro da Silva, Rosinete Mota de Andrade Silva, Jose Petronio Pereira da Silva, Jael Aurino de Andrade Cabral, Eraldo Merencio de Lira, Antonio Marccone Borba Guerra, Aecio Cavalcante de Medeiros (Presidente).

Citações, fls. 187-195.

O Sr. AÉCIO CAVALCANTE DE MEDEIROS apresentou defesa, fls. 216-225.

Seguindo a regular marcha processual, a Auditoria emitiu relatório Técnico, fls. 233-240, mantendo a irregularidade.

Em seguida os autos foram remetidos os autos ao Ministério Público de Contas para pronunciamento.

### ***É o relatório. Passo a opinar.***

A obrigação de prestar contas decorre de expressa determinação constitucional, tendo como destinatário qualquer pessoa que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos. O Tribunal de Contas, ao exercer sua função no controle externo das contas públicas, verifica, sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, o cumprimento da legislação pertinente, a fim de que os recursos colocados à disposição do administrador sejam utilizados com a máxima eficiência.

A primeira irregularidade em análise nesta PCA diz respeito à **remuneração de vereadores em desconformidade com o disposto na CRFB/1988.**

Em apertada síntese, a Auditoria assim resume a falha evidenciada:

*“Sendo assim, entende este Corpo Técnico, seguindo o disposto na Resolução RPLTC-006/2017, que a remuneração de janeiro do primeiro ano da Legislatura deve ser seguida durante todo o período (2017 a 2020). No caso em tela, configurou-se aumento da remuneração durante a Legislatura, descumprindo o inciso X do art. 37 da CF/88, e, conseqüentemente, a Resolução RPL-TC-006/2017”*

A questão em análise se revela na **diferença dos valores recebidos, majorados, tendo base nos valores efetivamente pagos em Janeiro/2017**, conforme quadro apresentado no relatório de análise de defesa, fls.237:



**MPC·PB**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DA PARAÍBA

## PROCESSO TC N.º 03882/22

Logo, conforme constatado por este Corpo Técnico, a remuneração fixada para 2017, primeiro ano da Legislatura, foi majorada em 2020, senão vejamos:

Agente	Valor pago em janeiro de 2017 (R\$)	Valor pago em janeiro de 2020 (R\$)	Diferença (R\$)
Vereador Presidente	8.000,00	9.000,00	1.000,00
Demais Vereadores	4.000,00	4.500,00	500,00

Compulsando os autos da **Prestação de Contas de 2020 (Processo TC nº 07614/21)**, apreende-se que a Auditoria, ao analisar os subsídios pagos aos **Vereadores Municipais de Itatuba**, verificou que os subsídios mensais percebidos pelo Presidente do Legislativo Mirim e por cada um dos demais vereadores foram majorados em relação àqueles percebidos no exercício de 2017, ou seja, durante a mesma legislatura.

O valor percebido em 2020, com a **indevida majoração**, foi mantido no exercício de 2021 por força da Lei Complementar Federal nº 173/2020, que estabeleceu **restrições** aos gestores de todos os entes da federação até 31/12/2021, em matéria de **aumento da despesa** de pessoal colocou a seguinte vedação:

*Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid -19 ficam **proibidos**, até 31 de dezembro de 2021, de:*

*I - **conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;***

*[...]*

*VII - **criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º;***

Relevante ainda para a matéria o teor da Resolução RPL – TC 00006/17, que estabeleceu que os valores dos subsídios fixados para legislatura de 2017/2020 deveriam atender a todos os limites constitucionais em janeiro de 2017, com possibilidade de alteração do referido valor a partir do exercício de 2018, apenas em caso de revisão geral anual, vide:



## PROCESSO TC N.º 03882/22

No que se refere ao valor fixado para os Vereadores e Presidente de Câmara além da proporção do estipêndio do Parlamentar Estadual e Presidente da Assembleia (vide remuneração do Ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$33.763,00 – Lei 13.091/15), respectivamente, bem como a estimativa dos transpasses dos índices de 5% da receita, 3,5% a 7% da receita de tributos próprios e transferidos combinado com a população do Município e 70% da receita da Câmara, deve ser observado valor compatível com os limites em janeiro de 2017 e este ser fixo durante toda o exercício, somente podendo ser alterado a partir de 2018 sob o pálio da revisão geral anual com identidade de índice e data, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88:

*CF/88. Art. 37. ... X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices*

Nunca é demais registrar a emissão do Parecer Normativo PN TC 02/21, editado em resposta à consulta formulada pelo Presidente da Câmara do Município de Sousa, acerca de questionamentos sobre a aplicação da Lei Complementar Federal Nº 173/2020, em relação à possibilidade de aumento dos subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2021/2024. **Foi decidido que para o exercício 2021, deverão ser mantidos os mesmos parâmetros e limites dos subsídios fixados para a Legislatura 2017/2020, conforme disposto na Resolução RPL-TC-006/2017.**

**Apreende-se que, por força da Lei Complementar N. 173/2020 não poderia haver majoração dos subsídios dos Parlamentares Mirins no exercício de 2021. E uma vez que houve majoração indevida também no exercício de 2020, a teor da Resolução RPL – TC 00006/17, deve-se adotar como valor de referência o subsídio referente ao exercício de 2017.**

**EX POSITIS**, este representante do Ministério Público de Contas opina pela:

1. **IRREGULARIDADE** das contas prestadas em virtude da ilegalidade da remuneração de vereadores nesta PCA.
2. **RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO** dos valores majorados recebidos em contrariedade a **Lei Complementar N. 173/2020**.
3. **IMPUTAÇÃO DE MULTA** legal ao ordenador de despesa;
4. **RECOMENDAÇÃO** de medidas a fim de evitar reincidência da irregularidade na Prestação de Contas futuras.

É como opino.



**MPC·PB**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DA PARAÍBA

---

**PROCESSO TC N.º 03882/22**

João Pessoa, 17 de outubro de 2022.

**Marcílio Toscano Franca Filho, Prof. Dr. jur**  
**Procurador do Ministério Público junto ao TCE/PB**